



IDENTIFICANDO O VALOR DO MODERNO: o caso do Laboratório da Febre Amarela

Eixo temático: Teorias e práticas de intervenção no moderno

Rosana Soares Zouain

Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Arquiteta do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.
E-mail: rosana.zouain@fiocruz.br

Resumo:

O artigo pretende apresentar o estudo realizado sobre os valores que tradicionalmente são atribuídos ao patrimônio moderno no Brasil, assim como as novas abordagens sobre o papel de uma política centrada nos valores no campo da preservação. Será apresentada a metodologia desenvolvida para a identificação dos valores atribuídos ao Laboratório da Febre Amarela da Fundação Oswaldo Cruz, edificação que integra o conjunto modernista localizado no campus sede da instituição, no bairro de Manguinhos, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Nas últimas décadas do século XX, foram introduzidas novas questões ao campo da preservação, a partir dos efeitos da globalização e dos processos de democratização ocorridos. Houve ainda a ampliação do repertório de bens reconhecíveis como patrimônio cultural e, conseqüentemente, uma crescente reivindicação por uma maior participação da sociedade nas escolhas dos bens a serem protegidos, tarefa até então desempenhada majoritariamente por um grupo restrito de especialistas. Ao longo da pesquisa realizada, buscou-se mostrar que uma metodologia de planejamento voltada à preservação do patrimônio cultural que considere os diversos valores atribuídos aos edifícios modernos, pode ser útil para ampliar o conhecimento sobre estes edifícios e envolver os atores que de alguma forma estejam relacionados com a sua preservação em processos mais participativos.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; preservação; arquitetura moderna; valorização; Laboratório da Febre Amarela

Abstract:

The article intends to present the study about the values that are traditionally attributed to modern heritage in Brazil, as well as new approaches on the role of a value-center politics on in the preservation field. It will be presented the methodology developed for the identification of the values attributed to the Yellow Fever Laboratory of the Oswaldo Cruz Foundation, one of the moderns buildings located in the institution's campus, in the neighborhood of Manguinhos, in the northern part of Rio de Janeiro city. In the last decades of the twentieth century, new questions were introduced in the preservation field, based on the globalization effects and the democratization processes. There was also an expansion of the repertoire of recognizable goods as cultural heritage and, thus, a growing demand for greater participation of society in deciding about goods to be protected, a task until then largely performed by a limited group of specialists. Throughout the research, it was tried to show that a planning methodology aimed at the preservation of cultural heritage that considers the several values attributed to modern buildings can be useful to increase the knowledge about these

13º Seminário
do_co,mo,mo_
brasil

Salvador – BA
7 a 10 de outubro de 2019



buildings and to involve the actors that are in any way related to its preservation in a more participatory process.

Keywords: *Cultural heritage; preservation; modern architecture; valuation; value-center politics; Yellow Fever Laboratory*



IDENTIFICANDO O VALOR DO MODERNO: o caso do Laboratório Da Febre Amarela

O Laboratório da Febre Amarela (1954 - 1960) é um dos edifícios modernos construídos no campus da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) localizado no bairro de Manguinhos, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. A Fiocruz é uma instituição pública brasileira, voltada para pesquisa, ensino e desenvolvimento tecnológico em saúde. Ao longo da sua história, que tem início nos primeiros anos do século XX, a Fiocruz acumulou acervos científicos que cumprem um importante papel para o desenvolvimento de pesquisas e preservação da memória da saúde no Brasil. Além dos acervos bibliográficos, arquivísticos, museológicos e coleções biológicas, possui um acervo arquitetônico composto por um conjunto de edificações em estilo eclético construídas para abrigar as atividades do então Instituto Soroterápico Federal, entre 1904 e 1922, e por alguns edifícios modernos, construídos nas décadas de 1940 e 1950, entre eles o Laboratório da Febre Amarela.

Esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do mestrado profissional em Gestão e Preservação do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, discute de que forma a identificação de valores que podem ser atribuídos à arquitetura moderna brasileira pode contribuir para o reconhecimento destes exemplares como patrimônio, entendendo este como um dos desafios que se colocam para a sua preservação. Buscando contribuir para este debate, foi realizado um estudo sobre os valores que tradicionalmente são atribuídos ao patrimônio cultural assim como sobre as novas abordagens sobre o papel de uma política centrada nos valores.

Considerando as abordagens sobre valores atribuídos ao patrimônio cultural, desde as primeiras reflexões de Alois Riegl, para conduzir esta pesquisa adotou-se como metodologia um levantamento de dados sobre o projeto e a construção do Laboratório da Febre Amarela, buscou-se inseri-lo no contexto da produção da arquitetura moderna brasileira que, por sua vez, faz parte de um movimento mais amplo, iniciado no final do século XIX na Europa mas que, posteriormente, se estendeu por outros países do mundo. Em seguida, buscando uma aproximação maior com o objeto, foi descrito o contexto em que se deu a introdução da arquitetura moderna no Campus Fiocruz Manguinhos e, posteriormente, a sua valoração como patrimônio.

Com base nos dados levantados, foi feita uma identificação preliminar dos valores atribuídos ao edifício, relacionando-os aos atributos que expressam estes valores. Para isto, foi utilizada como ferramenta a Matriz de Nara (VAN BALEN, 2008), que pode ser útil tanto para a ampliação do conhecimento sobre o edifício quanto para orientar ações de educação patrimonial, visando promover os valores do edifício e orientar dinâmicas que ampliem a participação de diversos atores, contribuindo para ações mais efetivas voltadas à sua preservação.

Valores e patrimônio cultural

A questão do valor no campo do patrimônio não é uma ideia nova. Já no século XIX, as mudanças decorrentes do novo modelo de produção introduzido pela Revolução Industrial, levaram alguns teóricos do campo da restauração, como John Ruskin (1819-1900) e William



Morris (1834-1896), a ressaltar o valor de autenticidade dos objetos antigos e afirmar a necessidade de preservação desses exemplares (CHOAY, 2001). As transformações ocorridas a partir da industrialização, aliadas a outros fatores como o romantismo, contribuíram “para inverter a hierarquia de valores atribuídos aos monumentos históricos e privilegiar, pela primeira vez, os valores da sensibilidade, principalmente os estéticos” (CHOAY, 2001, p. 127).

No início do século XX, Alois Riegl (1858 - 1905), historiador de arte vienense, propõe uma nova abordagem em relação aos valores ao fazer a distinção entre monumentos intencionais, criados para rememorar, dos não-intencionais, que ele define como monumentos históricos, aqueles que adquirem significado ao longo do tempo. Para ele, o monumento histórico é uma criação da sociedade moderna e os valores que são atribuídos a eles estão associados ao contexto cultural de cada época. Para Riegl (2006), o significado do monumento é atribuído não em virtude da sua destinação original mas sim ao que significa para os sujeitos que se relacionam com ele ao longo de sua trajetória. Ressalta ainda que essa atribuição de valores não está isenta de contradições, sendo necessária a negociação entre os diversos atores sociais envolvidos na preservação.

Um marco importante na trajetória do campo da preservação foi a elaboração da Carta de Veneza (1964), fruto de um encontro promovido por especialistas para discutir as questões surgidas em função das destruições da 2ª Guerra Mundial. Segundo Kühl (2005), naquele contexto ficaram evidentes que os instrumentos teóricos até então empregados não dariam conta do desafio de abordagem para enfrentar um número tão grande de obras e áreas devastadas. A Carta reflete a posição de teóricos defensores do chamado “restauro crítico”¹, assim denominado por defender que a ação de restauração deve ser entendida como um ato crítico, que leve em consideração os aspectos formais, documentais e materiais da obra, respeitando suas diversas estratificações (KÜHL, 2010).

No texto da Carta de Veneza está presente a preocupação com a preservação dos valores estéticos e históricos dos monumentos, como, por exemplo, no artigo 3º, quando afirma que a finalidade da conservação e restauração é “salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico” dos monumentos, entendidos aqui em sua concepção mais ampla, que inclui “obras modestas que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (CURY, 2004).

No final do século XX, a ampliação do repertório de bens reconhecíveis como patrimônio cultural, reflexo das mudanças culturais e econômicas que ocorreram em nível mundial, gerou uma reivindicação por uma maior participação da sociedade nas escolhas dos bens a serem protegidos, papel até então restrito a um grupo de especialistas. Neste contexto, vem crescendo o debate em torno da valoração dos bens culturais, tanto para orientar a

¹ “O restauro assume ainda a denominação "crítico", pelo fato de a ação ser entendida fundamentalmente como ato crítico - que perscruta a obra do ponto de vista formal, documental e material, respeitando suas várias fases e as marcas que a passagem do tempo depositou sobre a obra -, alicerçado nos instrumentos oferecidos pelo pensamento crítico e científico do momento, em especial pela estética e pela história. Trabalha com plena consciência de que qualquer ação é sempre ato do presente, que não propõe uma reversibilidade do tempo, e que intervém na realidade figurativa do bem, controlando e prefigurando as transformações” (KÜHL, 2010, p. 295).



definição do que deve ou não ser preservado, como para definir diretrizes de intervenções nos bens protegidos.

Buscando aprimorar as estratégias de valoração dos bens culturais, os membros do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) da Austrália promoveram um encontro em 1979, que resultou na elaboração de um documento, conhecido como Carta de Burra, com propostas metodológicas para orientar a verificação dos valores culturais que podem ser atribuídos a um determinado bem, a fim de definir o seu significado cultural.

Apesar de ser um documento produzido para um contexto cultural específico, a Carta de Burra introduziu duas questões aos debates do campo da preservação: a identificação do significado cultural como objetivo central da prática de preservação e a defesa de um processo de gestão do patrimônio cultural que envolva a participação mais ampla da sociedade. Entretanto, o documento não deixa claro como deve ser feita a identificação dos valores culturais dos bens, que tipo de ferramentas podem ser utilizadas para o envolvimento dos diversos atores sociais neste processo.

Em busca de um aprofundamento nas questões introduzidas pela Carta de Burra, o *Getty Conservation Institute* realizou uma pesquisa sobre valores e a preservação do patrimônio material entre 1998 e 2005. Ao defender os benefícios de uma política de preservação centrada nos valores, Randall Mason - um dos pesquisadores do GCI - argumenta que o reconhecimento de valores atribuídos a determinado bem cultural contribui para uma compreensão holística do patrimônio e o reconhecimento e inclusão de uma gama maior de partes interessadas, o que facilita o apoio político e econômico das ações de preservação a serem ali conduzidas, garantindo sua sustentabilidade (MASON, 2006).

O moderno como patrimônio

Com base em diversas pesquisas já realizadas sobre o tema (CARVALHO, 2005; BISPO, 2014; NASCIMENTO, 2016), podemos afirmar que, até o final dos anos 1980, o interesse pela preservação da arquitetura moderna permaneceu praticamente restrito a um grupo de arquitetos, profissionais do campo da preservação e acadêmicos, e se restringiu a salvaguarda das obras emblemáticas.

A partir dos anos 1990, algumas organizações internacionais se dedicaram à valorização e ampliação das discussões sobre os desafios e os critérios para a preservação do legado do Movimento Moderno, entre elas, o DOCOMOMO (*International Committee for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement*), e comitês especializados do *Getty Conservation Institute* e do ICOMOS. Um debate internacional se iniciou para abordar questões específicas dos edifícios modernos e ampliar o conhecimento sobre o período.

Em 1992, foi criado pelo DOCOMOMO um comitê especial para registro de exemplares da arquitetura moderna de interesse internacional, cujo escopo de trabalho incluiu ainda “assessorar o Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, no que se referia à inclusão de obras do século XX na Lista de Patrimônio da Humanidade (*World Heritage List*)” (CARVALHO, 2005, p. 38). Esse esforço se refletiu na ampliação do reconhecimento de



obras modernas como patrimônio mundial², posteriormente organizadas em publicação divulgada pelo ICOMOS em 2018. A análise da lista dos bens inscritos, revela que predominaram os critérios relacionados à genialidade do criador da obra (critério i), à capacidade do bem de testemunhar o intercâmbio de valores humanos, no âmbito da arquitetura, planejamento urbano ou criação de paisagens (critério ii) e à sua capacidade de se configurar como exemplo representativo de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou de paisagem que ilustre um ou vários períodos significativos da história humana (critério iv) (IPHAN, 2008).

Além da dificuldade de reconhecimento da arquitetura moderna como patrimônio, outra ameaça que se verifica é a descaracterização que estes exemplares vem sofrendo por intervenções que muitas vezes comprometem irreversivelmente o valor cultural desses bens. Não existe um consenso entre os especialistas sobre os princípios teóricos que devem orientar as intervenções no patrimônio moderno. Uma das vertentes argumenta que seria contraproducente tratar o patrimônio moderno como diferente e defendem a adoção dos mesmos princípios teóricos que orientam a preservação do patrimônio tradicional (KÜHL, 2005).

No entanto, é cada vez mais um consenso entre os especialistas que a dificuldade do reconhecimento dos valores atribuídos ao patrimônio moderno é um dos grandes desafios a serem enfrentados para a preservação destes exemplares (MOREIRA, 2010; MACDONALD, 2013), entendendo que a dificuldade da sociedade em reconhecer o valor da arquitetura moderna como patrimônio contribui para agravar o descaso em relação à qualidade das intervenções realizadas nesses edifícios. Algumas propostas para reverter este quadro apontam para a realização de “programas educacionais e campanhas públicas para a conscientização da sociedade sobre a necessidade de se protegerem essas obras” (MOREIRA, 2010, p. 17) e para o desenvolvimento de políticas centradas no conceito de valor para o reconhecimento do significado cultural dos edifícios modernos (MACDONALD, 2013).

O valoração do moderno no Iphan

Na fase inicial de implementação de uma política pública para a proteção do patrimônio cultural no Brasil, destaca-se a atuação de um grupo de intelectuais, defensores do Movimento Moderno, convidados pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a compor os quadros do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional/Sphan³ (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Iphan), criado em 1936.

² Segundo o site da Unesco, até 2018, foram inscritos na Lista do Patrimônio Mundial 1092 bens, sendo 845 classificados na categoria de sítio cultural, 209 sítios naturais e 38 mistos. Usando como referência a publicação do Icomos (2018), até 2017, haviam sido inscritas 41 obras “modernas” em 28 países, 39 delas a partir da década de 1990. No entanto, se retirarmos as obras que correspondem a outras manifestação da arquitetura do século XX, foram reconhecidos como patrimônio mundial 29 obras, já incluindo a cidade industrial de Ivrea, na Itália, inscrita na lista em julho de 2018 (Fonte: <https://whc.unesco.org/en/list/>, acessado em 20/08/2018).

³ Criado com o nome de Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1936, em 1946 passou a se chamar Departamento (Dphan) e em 1970, se transformou em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Com a reforma ocorrida no Ministério da Educação e Saúde em 1979, foi criada a



A análise da trajetória da atuação do Iphan (RUBINO, 1996; FONSECA, 1997; GONÇALVES, 2002), revela que o processo de seleção e valorização dos bens a serem protegidos durante a “fase heroica”, marcada pela gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967), “era conduzido quase exclusivamente pelos funcionários da instituição e por seus colaboradores” sendo raros “os pedidos de tombamento originados de fora do órgão” (FONSECA, 1997, p. 118-119).

Paralelamente à valorização da herança colonial⁴, ocorreram os primeiros tombamentos de edifícios modernos, com o objetivo de impedir demolições ou modificações no projeto original. A “retórica da perda”, expressão cunhada por José Reginaldo Santos Gonçalves (2002), foi utilizada para justificar vários tombamentos no período, entre eles, o da Igreja da Pampulha, projetada por Oscar Niemeyer em Belo Horizonte, tombada em 1947, apenas três anos após ter sido concluída⁵.

A ampliação do conceito de patrimônio cultural nas décadas de 1970 e 1980 e o processo de redemocratização do país, promoveram sucessivas mudanças no campo da preservação que se refletiram tanto na legislação nacional quanto nas práticas de preservação dos órgãos de patrimônio. Entre outras mudanças, começou a ser questionada a legitimidade de quem deve ser responsável pela seleção do que deve ser preservado e a partir de que valores (FONSECA, 2000, p. 11). Nessa perspectiva, passou-se a reconhecer que os bens culturais não apresentam um valor intrínseco mas sim valores que lhes são atribuídos por determinados sujeitos, em função de critérios e interesses definidos no contexto em que se dá o reconhecimento destes bens como patrimônio cultural. No mesmo período, foram criados vários órgãos estaduais e municipais de proteção do patrimônio cultural, implementando a descentralização das políticas públicas de preservação (NOGUEIRA, 2005).

Em relação à origem dos pedidos de tombamento, neste período cresceram as demandas da sociedade civil pela ampliação da representatividade do patrimônio cultural, refletindo em uma maior diversificação nos bens tombados pelo Iphan. Outra mudança importante foi a inclusão de historiadores no corpo técnico do Iphan, reflexo das mudanças ocorridas a partir da valorização do monumento como documento, influenciando as formulações dos pedidos de tombamento dos bens modernos e a elaboração de pareceres, que passaram a ter

Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que se converteu em subsecretaria em 1981 quando foi criada a Secretaria de Cultura. Com a criação do Ministério da Cultura em 1985, voltou a ser secretaria, extinta em 1990 e transformada em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994 voltou a se chamar IPHAN.

⁴ A análise dos tombamentos realizados nesse período revela a predominância de edifícios religiosos e civis construídos entre os séculos XVI e XVIII, deixando clara a intenção de se construir uma identidade nacional baseada na valorização dos símbolos do passado colonial em detrimento dos edifícios construídos em estilo eclético, repudiado pelos modernistas (FONSECA, 1997).

⁵ O mesmo argumento foi utilizado como justificativa para o tombamento da Estação de Hidroaviões e do Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro, e da Catedral de Brasília, tombados respectivamente em 1957, 1965 e 1967.



outras motivações e a utilizar argumentos baseados na historiografia da arquitetura moderna (CARVALHO, 2005).

Na lista de bens tombados pelo Iphan até 2018, foram identificados 32 bens modernos. A grande maioria das obras tombadas se localiza na região sudeste (sobretudo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) e Brasília. A partir da análise dos atores envolvidos nos processos de tombamento do Iphan, Renato Alves e Silva (2012) concluiu que a maior parte dos pedidos de tombamento partiu da mobilização de determinadas instituições ou personalidades interessadas na preservação destes bens. Os documentos revelaram algumas exceções, como foi o caso de uma das casas projetadas por Gregori Warchavchik (1896-1972), cujo processo de tombamento teve início a partir da mobilização dos moradores das propriedades localizadas na vizinhança, preocupados em garantir a preservação da ambiência do bairro. Um outro exemplo, foi o caso do conjunto de edificações modernas localizadas no município de Cataguases (MG), palco de manifestações culturais no século XX, motivado pelo interesse dos próprios moradores da cidade em valorizar a memória do lugar (SILVA, 2012).

A valoração do moderno no Rio de Janeiro

O primeiro órgão estadual de proteção do patrimônio do Brasil, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico⁶ (DPHA), foi criado em 1963, no antigo estado da Guanabara. Desde 1975, a partir da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, passou a ser denominado de Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC).

A primeira obra moderna tombada a nível estadual foi a Igreja São Daniel Profeta, em 1966. Depois de um intervalo de mais de dez anos, foram iniciados novos processos de tombamento do patrimônio moderno, “ditados pelos saberes técnicos dos arquitetos” (NASCIMENTO, 2016, p. 138) que elegeram obras que haviam sido consagradas pela historiografia da arquitetura moderna brasileira como a Obra do Berço, primeira obra construída de Oscar Niemeyer, e o Teatro Armando Gonzaga, de Affonso Eduardo Reidy.

Os tombamentos realizados entre 1990 e 1991 foram iniciativas do próprio órgão estadual, fruto de estudos técnicos realizados sobre as obras de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Roberto Burle Marx. Foram selecionadas obras representativas de cada um destes autores que ainda não tivessem sido protegidas pelo órgão federal (NASCIMENTO, 2016). Os demais tombamentos das décadas de 1990 e 2000 não foram orientados por processos de identificação mas sim por demandas da sociedade. Este foi o caso, por exemplo, do Teatro Glauce Rocha, cujo pedido foi encaminhado pelo Subsecretário de Planejamento da Secretaria de Estado da Cultura, José Cursino Raposo e da Passarela do Samba, solicitado pelo professor Darcy Ribeiro, um dos idealizadores do projeto, na tentativa de impedir as ameaças de desconfiguração das arquibancadas (NASCIMENTO, 2016).

No processo de tombamento das obras do arquiteto Oscar Niemeyer, com exceção da Passarela do Samba, foram ressaltadas a contribuição do arquiteto para a arquitetura brasileira assim como a sua projeção internacional. No caso da Casa das Canoas, foi

⁶ Criada através do Decreto no. 1.594 de 25 de março de 1963.



valorizada a sua integração com a paisagem e sobre os edifícios do Hospital da Lagoa e Banco Boavista, valorizou-se a liberdade de expressão do arquiteto apesar das restrições impostas pelo rigor da legislação municipal.

O pedido de tombamento dos edifícios da Fundação Oswaldo Cruz partiu dos dirigentes da instituição e do aeroporto Santos Dumont e seu hangar, da sociedade civil e do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Estes tombamentos foram justificados pela vinculação formal da arquitetura destes edifícios à Escola Carioca (NASCIMENTO, 2016).

A nível municipal, a primeira edificação moderna tombada, em 1985, foi a antiga colônia de férias dos funcionários do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. No Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, o parecer do arquiteto Alfredo Britto recomendou o tombamento destacando as qualidades do projeto, sobretudo do seu autor, considerado por ele um dos mais brilhantes arquitetos brasileiros.

No ano seguinte, foram tombados pelo patrimônio cultural municipal dois ícones da arquitetura moderna: a Vila Operária da Gamboa (1933), projeto de Lucio Costa e Gregori Warchavchik, e o Conjunto Residencial Pref. Mendes de Moraes, o Pedregulho (1947) projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy. Nos anos 1990, se destacam o tombamento do Parque do Flamengo, em 1995, e do conjunto de 14 obras de Oscar Niemeyer, em 1998, ambos por iniciativa da Câmara Municipal, Lei 2.287/95 e Lei 2.677/98, respectivamente.

A partir dos anos 2000, foram protegidas diversas obras modernas, algumas tombadas isoladamente e outras inseridas na proteção de conjuntos urbanos das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs), principalmente na zona sul da cidade. Ainda neste período, estudos realizados pela equipe do órgão municipal de patrimônio orientaram o processo de tombamento de um conjunto de doze exemplares da arquitetura moderna na cidade, tombados provisoriamente em 2006. Deste conjunto, o Conselho Consultivo deliberou pelo tombamento definitivo de nove deles. Os relatórios elaborados para instruir o processo ressaltam as características modernas destes edifícios, estabelecendo uma comparação com o Palácio Capanema, atribuindo um valor ao edifício analisado na medida em que apresenta características que se aproximam deste cânone da arquitetura moderna brasileira⁷.

A análise da atuação dos órgãos de tutela no Brasil em relação ao patrimônio moderno, mostra que prevaleceram os valores atribuídos por especialistas, com o predomínio de obras dos arquitetos consagrados pela historiografia da arquitetura moderna brasileira. Os pareceres técnicos ressaltaram apenas os valores estéticos e históricos das obras selecionadas, com um número maior de obras inscritas por seus atributos formais.

Arquitetura moderna no Campus Fiocruz Mangueiras

⁷ As informações levantadas se baseiam em consulta realizada nos arquivos do IRPH e nos dados fornecidos na apresentação feita pelo arquiteto Fernando Fernandes de Melo, representante do instituto em evento organizado pelo DCOMOMO Rio em 2017.



De acordo com a historiografia da formação do Campus Fiocruz Manguinhos (OLIVEIRA, 2003), a aplicação dos princípios da arquitetura moderna nos novos projetos corresponde ao segundo período de seu desenvolvimento, compreendido entre os anos 1942 e 1974. Neste período, o então Instituto Oswaldo Cruz era subordinado ao Ministério da Educação e Saúde e os projetos para os edifícios do campus, eram elaborados pelos arquitetos da Divisão de Obras⁸ do ministério, criada em 1934. Destacam-se os projetos para o Pavilhão de Patologia (1944), atual Pavilhão Carlos Chagas, projetado por Olenka Freire Greve; o Pavilhão de Cursos (1947), atual Pavilhão Arthur Neiva, e o Pavilhão do Restaurante Central (1948), atual Pavilhão Carlos Augusto da Silva, ambos projetados pelo arquiteto Jorge Ferreira (figura 1).

Na década de 1950, podemos ainda destacar dois outros exemplares da arquitetura moderna, o Laboratório da Febre Amarela (1955), projetado por Roberto Nadalutti, e a Portaria da Av. Brasil (1954), projeto de Nabor Foster.

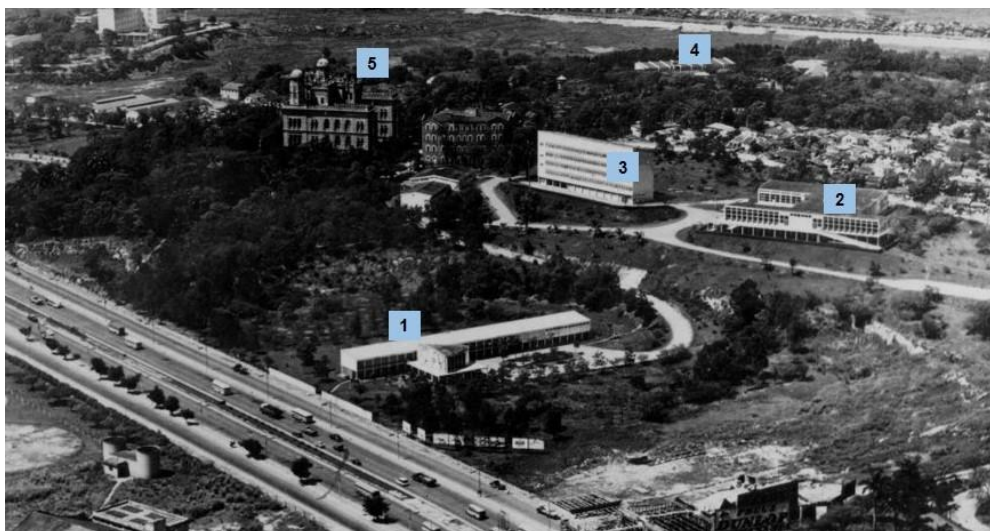


Figura 1: Pavilhão de Cursos (1), Restaurante Central (2), Pavilhão da Patologia (3), Laboratório da Febre Amarela (4), Pavilhão Mourisco (5), edifício símbolo da Fiocruz.
Fonte: DAD/COC/FIOCRUZ, 1966.

As ações voltadas à preservação do patrimônio arquitetônico na Fiocruz tiveram início a partir da iniciativa da própria instituição que, no início de 1980, encaminhou ao SPHAN o pedido de tombamento dos primeiros edifícios ecléticos construídos em Manguinhos, processo concluído em 1981.

⁸ A Divisão de Obras tinha como competência elaborar os programas e projetos arquitetônicos, fiscalizar obras e executar serviços de manutenção para as instituições subordinadas à estrutura do Ministério da Educação e Saúde. Na cidade do Rio de Janeiro, além do Instituto Oswaldo Cruz, a divisão atendia outras instituições como o Instituto Benjamim Constant, o Instituto Nacional de Surdos e Mudos, o Museu de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional, o Palácio Gustavo Capanema, entre outros. Foi responsável ainda pela construção de treze sanatórios em vários estados do Brasil. A Divisão de Obras realizou projetos para a instituição entre 1934 e 1977 e alguns dos seus arquitetos, como Jorge Ferreira, Carlos Frederico Ferreira e Antônio Dias Carneiro, são hoje reconhecidos pela sua relevante contribuição para a produção da arquitetura moderna brasileira (SANGLARD; COSTA, 2012).



Em 1998, a partir de estudos realizados pelos arquitetos do Departamento de Patrimônio Histórico⁹, foi solicitado o tombamento dos dois edifícios projetados pelo arquiteto Jorge Ferreira: o Pavilhão Arthur Neiva (figura 2) e o Pavilhão Carlos Augusto da Silva (figura 3). Esta ação foi justificada pelo risco de desconfigurações na arquitetura destes edifícios, consequência do crescimento acelerado da ocupação do *campus*, desde o final da década de 1980 (OLIVEIRA, 2003). Em 2014, foi encaminhado ao INEPAC uma solicitação para o tombamento da Portaria da Av. Brasil e do Laboratório da Febre Amarela, ainda em análise.



Figura 2: Pavilhão Arthur Neiva e Pavilhão da Patologia. Fonte: DAD/COC/Fiocruz (s.d.)



Figura 3: Restaurante Central na década de 1950. Fonte: Arquitetura Moderna no Brasil (Mindlin, 2000)

Valores do conjunto modernista da Fiocruz

Além das tipologias de valores propostas por Riegl e pela pesquisa conduzida pelo *Getty Conservation Institute*, para a identificação de tipologias de valores que podem ser atribuídos aos edifícios modernos da Fiocruz, foram considerados os valores elencados pelo grupo de trabalho multidisciplinar, instituído pela Casa de Oswaldo Cruz em 2016, para identificação e análise dos riscos aos quais os acervos da Fiocruz estão expostos¹⁰, sintetizados na tabela abaixo:

Valor Científico ou Tecnológico	O bem cultural tem o potencial de contribuir para a geração de novos conhecimentos, produtos ou políticas públicas através da pesquisa científica e tecnológica, seja como objeto de estudos, fonte de informação na área científica/tecnológica, material de referência.
Valor Histórico	O bem cultural pode contribuir para a compreensão e apreciação da memória e da história da saúde e das ciências, da Fiocruz e/ou do território que ela ocupa.

⁹ As atividades relacionadas à preservação do patrimônio arquitetônico da Fiocruz cabem ao Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz, unidade criada em 1986, dedicada à pesquisa e valorização da memória e história da instituição.

¹⁰ O trabalho do GT foi baseado em uma metodologia inspirada nos processos de gestão de riscos descritos na norma técnica ISO 31.000:2009, utilizada como referência por algumas instituições de pesquisa no campo do patrimônio cultural como o *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), o *Canadian Conservation Institute* (CCI) e o *Netherlands Institute for Cultural Heritage* (ICN). O GT foi formado por profissionais que atuam na preservação dos diversos tipos de acervos da Fiocruz, com o objetivo de identificar e analisar os riscos dos acervos institucionais, sob a orientação e consultoria de José Luiz Pedersoli Júnior (ICCROM) que junto com Stefan Michalski (CCI), foi responsável pela publicação do manual para aplicação da Metodologia ABC de gestão de riscos para a preservação do patrimônio cultural.



Valor Educacional	O bem cultural pode contribuir para a educação formal ou não formal, por meio de sua utilização em atividades de ensino, educação patrimonial ou divulgação e popularização da ciência e da saúde.
Valor Probatório	O bem cultural que pode atestar a origem, trajetória, atividades e transações de quem o produziu/acumulou; ou possui valor de evidência para confirmar ou refutar a veracidade de fatos.
Valor de Raridade ou de Singularidade	O bem cultural é um exemplar único ou raro.
Valor de Procedência	O bem cultural tem sua autoria, origem e história bem documentadas e reconhecidamente vinculadas à Fiocruz e suas áreas de atuação.
Valor Social	O bem cultural contribui para o estabelecimento de conexões sociais, redes e outras relações em um sentido amplo.
Valor Artístico ou Estético	O bem cultural possui elevada qualidade artística/de design; ou contém itens ou elementos representativos de movimentos artísticos e/ou elementos executados de forma primorosa/ habilidosa; ou possui qualidade estética e/ou sensorial no ato da fruição.
Valor Simbólico	O bem cultural contribui para a identidade e a imagem institucional da Fiocruz, interna e externamente
Valor Econômico	O bem cultural possui valor econômico significativo.

Tabela 1: Quadro síntese dos valores considerados pelo GT de gestão de riscos (COELHO; PINHEIRO, 2017)

No processo de tombamento do Pavilhão Arthur Neiva e Pavilhão Carlos Augusto da Silva, prevaleceu o valor artístico destes exemplares, avaliado à luz das produção da primeira geração de arquitetos modernos, filiados à Escola Carioca.

Os edifícios (...) concentram todas as características modernas da 'arquitetura corbusiana' o uso do concreto armado, dos 'pilotis', dos 'brise-soleils' e das azulejarias, no caso de autoria de Roberto Burle Marx e de Paulo Rossi Orsi. (...) O rigor geométrico das massas construídas contrasta com a leveza das curvas e transparências das lajes sobre pilotis, resultando numa predominância dos vazios sobre os cheios. Além da simplicidade formal, os prédios demonstram coerência funcional de atender ao programa pré-estabelecido na época de sua construção (INEPAC, 1998).

A relação entre estas edificações e a produção da arquitetura moderna no Brasil também foi ressaltada por Borde e Sampaio (2010), ao afirmarem que estes edifícios "trazem o selo da primeira geração do modernismo brasileiro, caracterizada por explorar as potencialidades plásticas da estrutura em concreto armado de modo a transmitir uma leveza maior às edificações e liberação dos espaços internos e fachadas" (BORDE; SAMPAIO, 2010, p.36).

No caso do Pavilhão Arthur Neiva, foram reconhecidos os valores históricos, artísticos e simbólicos do edifício. O valor histórico está relacionado às pesquisas ali desenvolvidas, com destaque para as pesquisas sobre a Doença de Chagas, contribuindo para a história das ciências e da saúde no Brasil. Além disso, o edifício faz parte de um conjunto de edifícios modernos, implantados no Campus Fiocruz Manguinhos, a partir da década de 1940, marcando um novo período na formação deste território (CARCERERI; SILVA; ZOUAIN, 2017).



Conforme ressaltado nos pareceres técnicos do INEPAC, o valor artístico do edifício está relacionado à utilização de elementos que podem ser associados à Escola Carioca. Valoriza-se ainda a sua autoria, destacando a produção de Jorge Ferreira em relação aos outros arquitetos que atuaram na Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde, ressaltando a integração que o arquiteto promoveu entre arquitetura, arte e paisagismo neste projeto. A autoria do projeto de paisagismo e do painel artístico de azulejos, ambos projetados por Roberto Burle Marx, é também destacada.

Além dos valores tradicionalmente atribuídos ao patrimônio cultural, podemos reconhecer o valor simbólico do Pavilhão Arthur Neiva assume para o Instituto Oswaldo Cruz¹¹, unidade responsável pelas atividades de ensino e pesquisa que acontecem no edifício. É recorrente o uso da imagem do edifício, em especial a do painel de Burle Marx, para divulgação das atividades, cursos e eventos organizados pela unidade (figura 5).

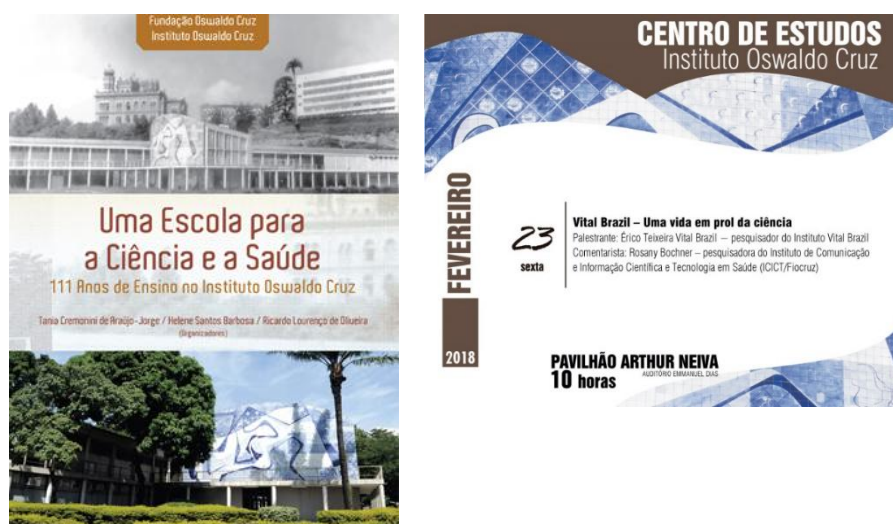


Figura 4: Imagem do Pavilhão Arthur Neiva associada aos eventos e publicações do IOC.

Fonte: <https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=content/centro-de-estudos-do-ioc-vital-brazil-%E2%80%93-uma-vida-em-prol-da-ci%C3%Aancia>, acessado em 20/08/2018.

O valor artístico do Pavilhão Carlos Augusto da Silva foi destacado em algumas publicações sobre a arquitetura moderna brasileira, com destaque para Mindlin¹² (2000), Xavier, Britto e Nobre¹³ (1991) e Czajkowski¹⁴ (2000). Em comum, estes livros buscaram sintetizar a

¹¹ O Instituto Oswaldo Cruz é uma das unidades técnico científicas da Fiocruz e tem como missão realizar pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico, inovação, serviços de referência e de coleções biológicas, visando à promoção da saúde. Fonte: <http://www.fiocruz.br/ioc/cgil/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=253>, acessado em 20/08/2018.

¹² O livro “Arquitetura moderna no Brasil”, de Henrique Mindlin (1911-1971), é uma espécie de suplemento do catálogo *Brazil Builds*, publicado pelo MoMA de Nova Iorque em 1943. Em seu livro, Mindlin buscou complementar as obras modernas divulgadas no catálogo americano, apresentando a produção arquitetônica moderna no Brasil entre 1937 e 1955.

¹³ No caso da publicação “Arquitetura moderna no Rio de Janeiro”, foram selecionados pelos autores 209 obras construídas entre as décadas de 1930 e 1980 na cidade. Na descrição do “Restaurante em Manguinhos” foi



produção da arquitetura moderna brasileira, no caso do livro de Mindlin, ou mais especificamente, na cidade do Rio de Janeiro, nas duas outras publicações. O Pavilhão Carlos Augusto da Silva é o único edifício moderno da Fiocruz que aparece nas três publicações citadas¹⁵. Além disso, o edifício recebeu menção honrosa na Bial Internacional de Arquitetura de São Paulo, realizada em 1951.

Entendendo o valor de uso a partir da abordagem de Riegl, ou seja, como um valor relacionado à possibilidade do bem cultural de ser utilizado para as atividades na sociedade contemporânea, podemos afirmar que este é um valor que pode ser atribuído ao conjunto modernista da Fiocruz, tendo em vista que todos os edifícios abrigam atividades relacionadas total ou parcialmente ao seu uso original.

No caso do Pavilhão Arthur Neiva, o valor social pode ser identificado pelo uso de alguns espaços como o auditório, palco de eventos científicos e celebrações, e a área livre do pilotis, espaço de convívio para alunos e pesquisadores do instituto (figuras 5 e 6).

A tradição do instituto é celebrar essas datas marcantes com debates científicos estruturados em simpósios, congressos e seminários. Parte desses marcos, a galeria de fotos das turmas do Curso de Aplicação foi instalada em 2000 no saguão do Pavilhão Arthur Neiva, onde a comunidade do Instituto se reúne dia a dia no auditório Emmanuel Dias para aulas, defesas de teses, assembleias e reuniões do Conselho Deliberativo (ARAUJO-JORGE; BARBOSA; OLIVEIRA, 2012, p.19).

O valor social do Pavilhão Carlos Augusto da Silva está relacionado ao uso do salão principal como restaurante, frequentado diariamente pelos trabalhadores, estudantes e visitantes do Campus Fiocruz Manguinhos. Além disso, com o fechamento do antigo pilotis, o espaço é utilizado pelo sindicato dos trabalhadores da Fiocruz para a realização de palestras, aulas de dança, eventos de integração para os funcionários da instituição e colônias de férias para os filhos dos associados.

O Laboratório da Febre Amarela

destacado o programa para o edifício, a utilização de brises na fachada norte e o interessante contraste “entre este edifício e a sede do Instituto – uma imponente edificação do início do século em estilo mourisco” (XAVIER; BRITTO; NOBRE, 1991, p. 66).

¹⁴ Na 1ª edição do Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro (2001), Jorge Czajkowski (1948-2010) selecionou obras produzidas na cidade do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1930 e 1980, considerando o estado de conservação e de caracterização das edificações. “Afora os casos de excepcional significado, os imóveis foram escolhidos tendo em vista sua concentração ao longo de roteiros de visita para orientar os interessados em suas incursões pela cidade” (CZAJKOWSKI, 2000, p. 22). No roteiro V, foram selecionados quatro edifícios da Fundação Oswaldo Cruz, o Pavilhão de Cursos, o Restaurante, a Portaria da Av. Brasil e o Pavilhão da Febre Amarela, afirmando que “o conjunto modernista da Fundação Oswaldo Cruz conta com elementos formais comuns aos mais apurados exemplares do período” (CZAJKOWSKI, 2000, p. 127).

¹⁵ O “conjunto de edifícios modernos da Fiocruz” é um dos verbetes do Guia da Arquitetura do Rio de Janeiro, lançado em 2016. O verbete destaca a utilização de “elementos do vocabulário da primeira geração modernista” e, na descrição do Pavilhão Carlos Augusto da Silva, foram ressaltados o uso dos pilotis, “fachada de brises fixos e painéis de azulejo, com acesso lateral por escada e rampa plástica de acesso frontal” (SALOMON et al. 2016, p. 400).



O projeto do novo laboratório para a preparação de vacinas contra febre amarela foi fruto de um convenio assinado em 1952 entre o Serviço Nacional de Febre Amarela e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Diferente dos outros edifícios modernos construídos no Campus Fiocruz Manguinhos, projetados por arquitetos da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde, o Laboratório da Febre Amarela, também conhecido como Pavilhão Henrique Aragão, é de autoria do arquiteto Roberto Nadalutti¹⁶ (1922-2002), enquanto funcionário do SESP.

A planta do edifício é dividida em dois pavimentos (figuras 5 e 6) e apresenta volumetria prismática predominantemente horizontal, onde as fachadas mais extensas (sentido norte-sul) foram tratadas com soluções de vedação diversas conforme a orientação do sol.

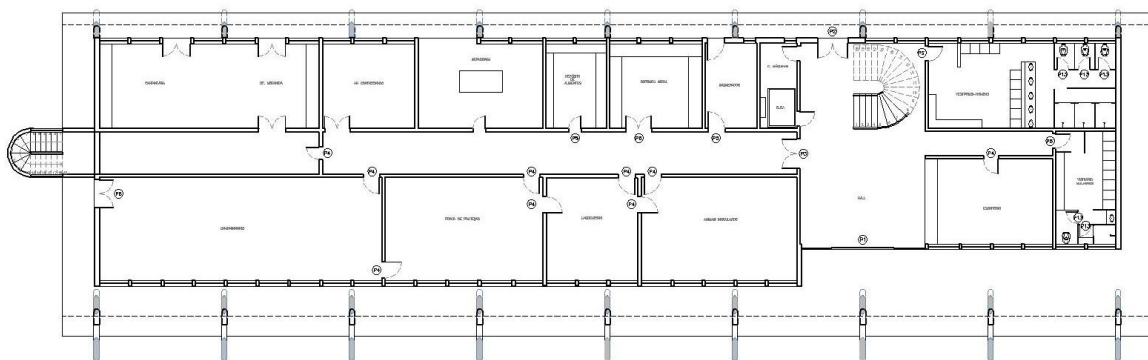


Figura 5: Redesenho da planta baixa do 1o pavimento, 1954. Fonte: DAD/COC/Fiocruz

¹⁶ Nadalutti fez parte da segunda turma (1942-1946) formada pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Os dois arquitetos tiveram importante papel na normatização de edifícios hospitalares no Brasil, a partir do conhecimento adquirido no curso de especialização em arquitetura hospitalar realizado nos Estados Unidos, entre os anos de 1951 e 1952, enquanto funcionários do SESP. Em 1953, ambos deixaram o SESP para fundar o escritório Oscar Valdetaro & Roberto Nadalutti Arquitetos, “que se tornaria um dos mais importantes escritórios especializados em arquitetura hospitalar” (TOLEDO, 2002).

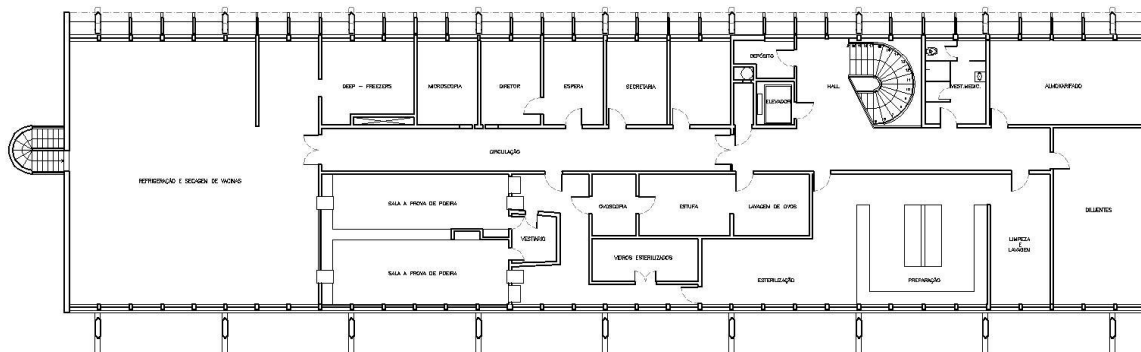


Figura 6: Redesenho da planta baixa do 2o pavimento, 1954. Fonte: DAD/COC/Fiocruz.

O edifício tem estrutura independente, formada por uma sequência de pórticos em concreto armado que sustentam as lajes dos pavimentos. Segundo Nadalutti (1998), ao propor o desenho oval dos vãos dos pilares da fachada principal, sua intenção foi fazer uma referência à forma de preparação da vacina contra a febre amarela, desenvolvida a partir da inoculação do vírus no embrião de um ovo livre de doenças (figuras 7 e 8).



Figura 7: Pesquisadores utilizam ovos de galinha para fabricar a vacina contra febre amarela. Fonte: DAD/COC/Fiocruz (1943)

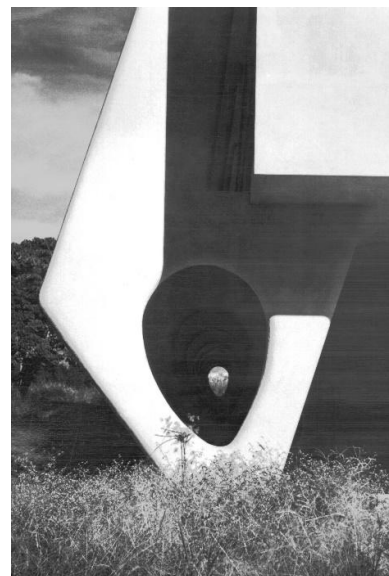


Figura 8: Detalhe do pilar. Fonte: DAD/COC/Fiocruz (s.d)

No projeto do Laboratório da Febre Amarela, a estrutura foi utilizada como elemento da composição artística, marcando um novo período da arquitetura moderna brasileira, onde a estrutura do edifício passa a atuar de forma integrada à arquitetura. A estrutura como um exoesqueleto foi um recurso utilizado nos projetos de Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi para o Ginásio de Itanhém, em 1959 (figura 9) e na Fábrica da Duchon, de Oscar Niemeyer e Hélio Uchôa, em 1949 (figura 10). O mesmo recurso foi utilizado por Reidy no Museu de Arte Moderna (1953) do Rio de Janeiro. No caso do Laboratório da Febre Amarela, além da intenção artística, a solução adotada assegurou uma maior flexibilidade para o uso dos espaços ao eliminar o uso de pilares internos.



Figura 9 Ginásio de Itanhém Fonte:
<http://www.arquivo.arq.br/ginasio-de-itanhem>



Figura 10 Ginásio de Itanhém Fonte:
<http://www.arquivo.arq.br/ginasio-de-itanhem>

Outros elementos que se destacam na composição do edifício: a modulação dos vãos das esquadrias, o uso de elementos para controle climático e o desenho helicoidal da escada do hall principal (figura 11). Integra ainda o projeto original o desenho de um pequeno jardim frontal com canteiros e um espelho d'água em formato ameboide (figura 12), projeto de Ramiro Pereira, membro da equipe da Divisão de Obras do MES.



Figura 11: Escada.
Fonte: DAD/COC/Fiocruz (s.d)



Figura 12: Espelho d'água.
Fonte: DAD/COC/Fiocruz (s.d)

A análise dos projetos elaborados entre 1987 e 2014, revela que a compartimentação interna do edifício foi modificada para adequá-lo aos novos procedimentos de produção da vacina e às normas específicas para garantir a segurança do produtor e a qualidade do produto (figuras 13 e 14). O esquema estrutural do projeto favoreceu as alterações internas necessárias para garantir o fluxo da produção e a passagem da nova rede de infraestrutura para os equipamentos de ar condicionado, filtragem do ar e demais instalações necessárias às normas dos laboratórios ali instalados. Além da mudança na compartimentação interna dos ambientes, os revestimentos originais dos pisos dos dois pavimentos e da escada foram cobertos com manta vinílica para atender às normas de higiene.

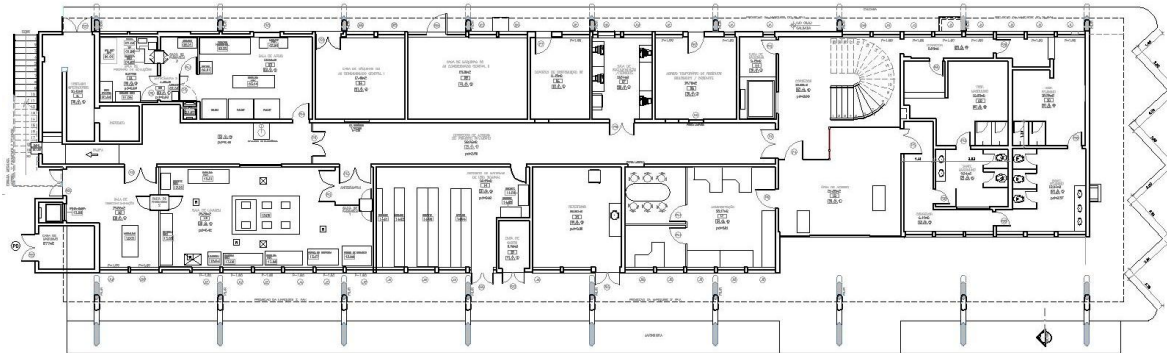


Figura 13 Laboratório da Febre Amarela: planta do 1º pavimento, 2016. Fonte: acervo técnico de BioManguinhos

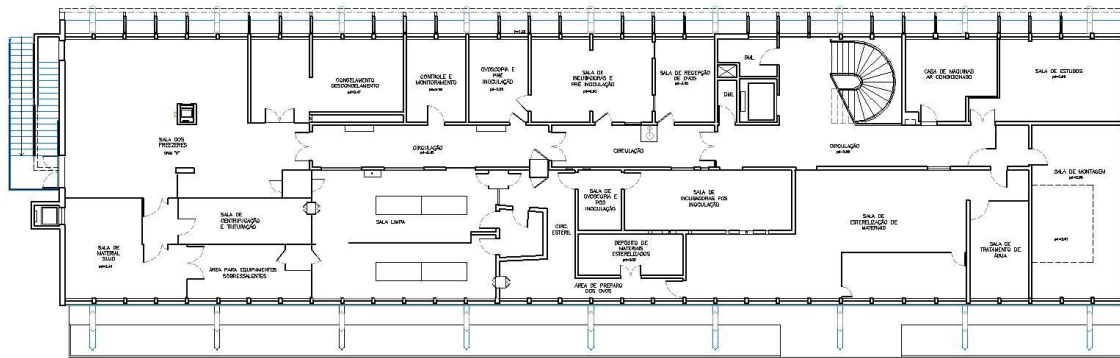


Figura 14 Laboratório da Febre Amarela: planta do 2º pavimento, 2016. Fonte: acervo técnico de BioManguinhos

Uma modificação de maior impacto para a arquitetura do edifício foi feita no hall do 1º pavimento, com a instalação de uma divisória, em função da necessidade de controle de acesso ao edifício e isolamento da área de produção (figura 15). Esta intervenção comprometeu a espacialidade do hall principal e a leitura do desenho da escada original.

Na parte externa, a volumetria do edifício sofreu alguns impactos para atender às normas de segurança contra incêndio e instalação de equipamentos para garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento do laboratório. Além disso, foram construídos anexos para abrigo de resíduos, casa de máquinas, caldeiras e geradores (figuras 16 a 18). Houve a preocupação com a diferenciação dos novos volumes em relação à arquitetura preexistente através da utilização de cores fortes e materiais diferentes dos encontrados no edifício principal. Além disso, buscou-se preservar as fachadas mais visíveis do edifício (figura 19) e adotou-se como diretriz a reversibilidade das soluções propostas, seguindo as orientações do DPH/COC que, desde a década de 1990, estendeu as ações de preservação aos edifícios modernos presentes no campus.



Figura 15: Escada 1º pavimento, 2015 Fonte: DPH/COC



Figura 16 Laboratório da Febre Amarela: anexos construídos no entorno, 2016. Foto: Rosana Zouain



Figura 17 Laboratório da Febre Amarela: fachada lateral e anexo, 2016. Foto: Rosana Zouain



Figura 18 Laboratório da Febre Amarela: fachada lateral e anexo, 2016. Foto: Rosana Zouain

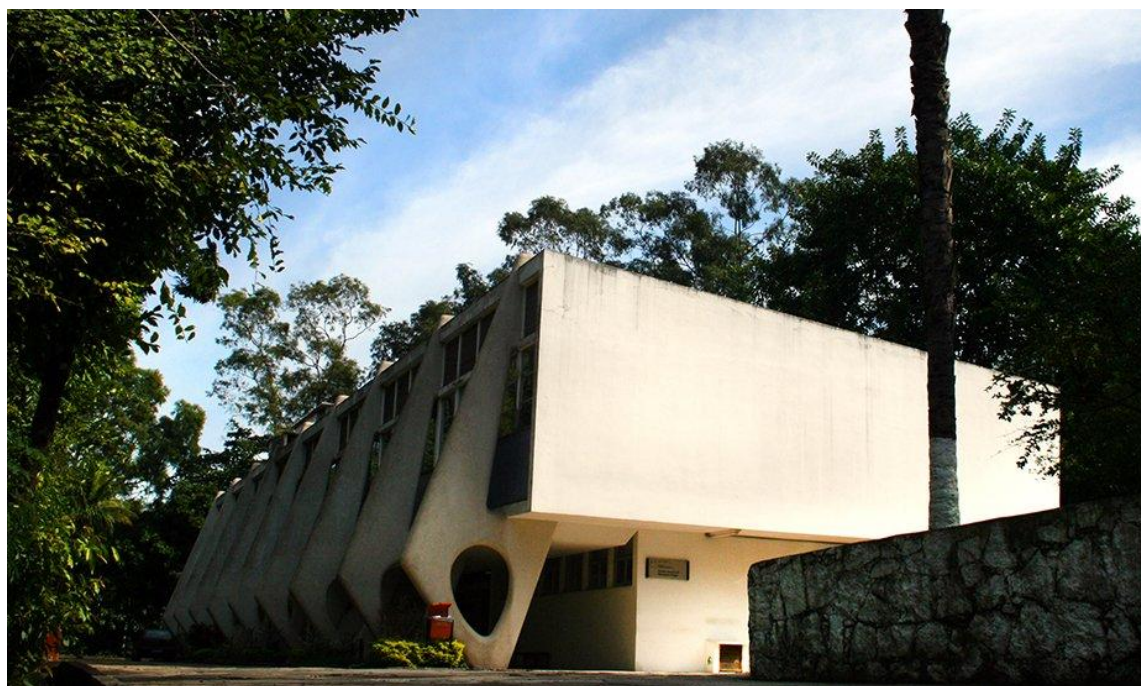


Figura 19 Laboratório da Febre Amarela: fachada principal, s.d. Foto: COC/Fiocruz

Valoração do Laboratório da Febre Amarela

No âmbito desta pesquisa, a identificação das tipologias de valores que podem ser atribuídos ao Laboratório da Febre Amarela incorporou apenas a visão de arquitetos e pesquisadores da Fiocruz, sobretudo da área de história, e profissionais que atuam em entidades de defesa da preservação da arquitetura moderna¹⁷. Estas informações foram

¹⁷ Cabe registrar que este exercício de análise não abrangeu os olhares de outros atores importantes, entre eles os representantes dos órgãos de patrimônio e os gestores de BioManguinhos e da Presidência da Fiocruz, envolvidos diretamente na definição de políticas e ações que irão impactar na preservação do edifício. Da



utilizadas como base para a construção de tipologias de valores preliminares, conforme metodologia proposta por Mason (2002).

Com base nas abordagens sobre valores pesquisadas e no contexto no qual está inserido o estudo de caso, buscou-se identificar de forma preliminar algumas tipologias de valores que podem ser atribuídos ao Laboratório da Febre Amarela (Lafam). Em seguida, com o objetivo de definir diretrizes para ações de preservação para o edifício, buscou-se relacionar estes valores aos atributos da edificação que devem ser preservados para assegurar a transmissão destes valores.

Valor artístico

O valor artístico do Laboratório da Febre Amarela foi reconhecido em algumas publicações especializadas sobre arquitetura moderna como no Guia de Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro (2000) e, mais recentemente, no Guia de Arquitetura do Rio de Janeiro (2016).

O conjunto modernista da Fundação Oswaldo Cruz conta com elementos formais comuns aos mais apurados exemplares do período. (...) O Pavilhão da Febre Amarela, um prisma retangular de estrutura independente, tem na colunata do falso pilotis com vazado em forma de gota – “como uma vacina”, segundo o autor – seu ponto de destaque (CZAJKOWSKI, 2000, p. 117- 118)

O edifício foi citado também no trabalho de análise visual realizado pelo Laboratório de Análise Urbana e Representação Digital (LAURD) do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), entre 2009 e 2010 no Campus Fiocruz Manguinhos:

O Pavilhão Henrique Aragão é representativo da adoção dos cânones modernistas para as edificações construídas à época da abertura da Avenida Brasil. Este projeto do arquiteto Roberto Nadalutti foi implantado próximo ao Pombal em colina com suave acive. Os pilares vazados são a sua característica estilística marcante (BORDE; SAMPAIO, 2010).

No âmbito da Fiocruz, o dossiê elaborado pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) para o pedido de tombamento do edifício e da Portaria da Av. Brasil, ressalta as características formais de ambos os edifícios e a importância do Laboratório da Febre Amarela para a história da saúde pública no Brasil:

Tais edificações expressam as mesmas características estético-formais destacadas no processo que permitiu a salvaguarda dos exemplares de autoria de Jorge Ferreira. O **Pavilhão Henrique Aragão**, de autoria de Roberto Nadalutti, destaca-se como um **exemplar significativo de um programa do Patrimônio Arquitetônico da Saúde**. Por sua vez, a Portaria da Av. Brasil, de Nabor Foster, apesar de ser uma composição singela, apresenta **qualidades em sua solução plástica** e uma variedade de materiais, cores e elementos arquitetônicos que já justificam o interesse em sua preservação (FIOCRUZ, 2014, p. 4, grifo nosso).

Para além do olhar dos especialistas, podemos perceber o interesse de parte dos trabalhadores e usuários do Campus Fiocruz Manguinhos pela arquitetura do Laboratório da

mesma forma, os demais trabalhadores da Fiocruz, estudantes e visitantes que transitam pelo Campus Fiocruz Manguinhos não foram ouvidos.



Febre Amarela, através de fotografias divulgadas em redes sociais ou inscritas em concursos fotográficos promovidos internamente. Um exemplo foi a inscrição de duas fotografias retratando os pilares vazados do edifício (figura 20), elemento marcante de sua arquitetura, em concurso promovido pelo DPH/COC em 2009, para comemorar a semana do patrimônio (ANDRADE; COELHO, 2010).



Figura 20: Pôster da exposição fotográfica realizada por ocasião da divulgação dos resultados do concurso de fotografia, em 2009. Foto: Rosana Zouain

Valor histórico

O valor histórico do edifício está associado à história das ciências e da saúde no Brasil, sobretudo relacionada às pesquisas sobre a febre amarela. Além disso, a construção do Laboratório da Febre Amarela marca um determinado momento da formação do Campus Fiocruz Manguinhos, caracterizado pela abertura da Av. Brasil. Em relação à historiografia da arquitetura brasileira, podemos afirmar que seu projeto retrata uma segunda fase, onde os elementos estruturais ganharam maior destaque na composição arquitetônica.

Valor de uso

No caso do Laboratório da Febre Amarela, o uso original foi mantido embora tenham sido necessárias adaptações para adequá-lo às normas de biossegurança ou para resolver questões relativas ao conforto ambiental e de modernização das suas instalações. Nota-se que foram procedimentos empregados para resolver questões práticas. Apesar de terem sido introduzidos vários elementos, buscou-se preservar a leitura das duas fachadas mais visíveis do edifício, revelando uma preocupação com a preservação dos elementos mais marcantes da sua arquitetura.

Valores x Atributos



Buscando relacionar os valores identificados aos atributos cuja preservação é necessária para a transmissão destes valores, foi utilizada como ferramenta a Matriz de Nara, desenvolvida a partir dos aspectos relacionados ao bem cultural descritos no artigo 13 do Documento de Nara¹⁸.

Dependendo da natureza do patrimônio cultural, do seu contexto cultural e da sua evolução ao longo do tempo, os juízos de autenticidade podem estar ligados ao valor de uma grande variedade de fontes de informação. Aspectos das fontes podem incluir **forma e design, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e configuração, espírito e sentimento**, e outros fatores internos e externos. O uso dessas fontes permite a elaboração das **dimensões artísticas, históricas, sociais e científicas** específicas do patrimônio cultural que está sendo examinado¹⁹ (CURY, 2004, p. 322, grifo nosso).

Na tabela a seguir, baseada na Matriz de Nara e nos estudos de caso descritos por Koenraad Van Balen (2008), foi feito um exercício buscando relacionar as dimensões do patrimônio (valores) aos atributos/ aspectos do Laboratório da Febre Amarela.

Matriz de Nara para o Laboratório da Febre Amarela				
Dimensões do patrimônio (valores)				
Aspectos do edifício	Artística	Histórica	Social	Científica
Forma e desenho	A expressão artística do edifício está relacionada ao uso de elementos característicos da arquitetura moderna brasileira na década de 1950.	Representa uma fase posterior às primeiras obras modernas realizadas no Rio de Janeiro, recebendo influência da arquitetura brutalista (a estrutura como elemento da composição arquitetônica)	Ilustra o processo produtivo da vacina da febre amarela. O desenho das colunas representa o ovo da galinha, utilizado no processo de fabricação da vacina.	As formas originais permitem o estudo da tipologia e do sistema estrutural. O desenho das colunas fazem menção ao processo de fabricação da vacina.
Matéria e substância	Os materiais utilizados (argamassas, pastilhas cerâmicas, brises, esquadrias de ferro) contribuem para as expressões artísticas do edifício.	Os materiais utilizados são representativos do Movimento Moderno no Brasil.	Ilustra os materiais de construção utilizados em meados do século XX no Brasil.	
Uso e função	A forma do edifício está relacionada à sua função mas buscou uma	O uso do edifício está relacionado à história das ciências e da saúde no Brasil	Ilustra a relação entre pesquisa científica e produção, importantes no	O uso do espaço representa evidências científicas do desenvolvimento

¹⁸ O Documento de Nara expressa os resultados dos debates sobre autenticidade ocorridos na conferência realizada em 1994, organizada pela Unesco/ ICCROM e ICOMOS, em Nara, no Japão. Nesta conferência foi proposta a ampliação do entendimento sobre o conceito de autenticidade para além da dimensão material do bem, de forma a envolver os também seus aspectos intangíveis. Em 2005, esta visão foi incorporada na revisão das diretrizes operacionais do patrimônio mundial, que estabelece os requisitos para a inscrição de um bem na lista do patrimônio mundial.

¹⁹ Artigo 13 do Documento de Nara sobre Autenticidade.



	expressão única na maneira como utilizou a estrutura como elemento formal.	e suas relações os Estados Unidos, com países latino-americanos e europeus.	processo de inovação e desenvolvimento tecnológico na área das ciências e da saúde.	da tecnologia para a produção de vacinas.
Tradições, técnicas e artesanato (feitura)	Exemplifica as técnicas construtivas utilizadas pela arquitetura moderna (solução estrutural, uso do concreto armado, etc)	Exemplifica as técnicas construtivas utilizadas pela arquitetura moderna (solução estrutural, uso do concreto armado, etc)	Ilustra o processo de construção utilizado no século XX	Não identificado
Localização e configuração	Assume uma posição de destaque em uma área pouco adensada do campus. Marca um dos acessos ao Caminho Oswaldo Cruz, trilha de pedestres, bastante arborizada, reconhecida pelo seu valor histórico para a instituição.	Não identificado	Não identificado	Não identificado
Espírito e sentimento	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado

Tabela 2: Matriz de Nara para o Laboratório da Febre Amarela. Fonte: ZOUAIN, 2018, adaptado de VAN BALEN, 2008.

A aplicação da Matriz de Nara como ferramenta de avaliação permitiu a incorporação de outros valores patrimoniais para além das tipologias identificadas preliminarmente, demonstrando que o uso desta ferramenta pode contribuir para a ampliação do olhar sobre o edifício. Entretanto, é fundamental a participação de outros atores neste processo para que possa ser feita uma avaliação mais abrangente.

Considerações finais

A pesquisa realizada buscou mostrar que uma metodologia de planejamento de ações voltadas à preservação do patrimônio cultural que considere os diversos valores atribuídos aos edifícios modernos, pode ser útil para ampliar o conhecimento sobre estes edifícios e envolver de forma mais participativa os atores que de alguma forma estejam relacionados com a preservação daquele bem.

No caso específico do Laboratório da Febre Amarela, a partir do levantamento das informações sobre o edifício e de uma análise dos valores atribuídos a outros edifícios modernos reconhecidos como patrimônio, foram identificados, de forma preliminar, alguns valores que podem ser atribuídos ao edifício.



Na última parte da pesquisa, para relacionar os valores identificados aos atributos que retêm estes valores, foi utilizada como ferramenta a Matriz de Nara, mostrando que este recurso pode ser útil para a avaliação dos possíveis impactos de futuras intervenções sobre os atributos do edifício. Além disso, esta é uma das ferramentas que pode ser utilizada para orientar ações de educação patrimonial, visando promover os valores do edifício e orientar dinâmicas de grupo que visem identificar outros valores, de forma a contribuir para o planejamento de ações integradas, voltadas à preservação do edifício.

Referências

ANDRADE, Inês El-Jaick; COELHO, Carla M. T. **Os dilemas da preservação de edifícios modernos: o caso do Pavilhão de Cursos da Fundação Oswaldo Cruz.** In: 19º Congresso Brasileiro de Arquitetos. Olinda: IAB-PE, 2010.

ARAUJO-JORGE, Tania C. de; BARBOSA, Helene S.; OLIVEIRA, Ricardo Lourenço (orgs). **Uma escola para a ciência e a saúde: 111 anos de ensino no Instituto Oswaldo Cruz.** Rio de Janeiro, 2012.

BISPO, Alba N. M. **Dos processos de valoração do patrimônio modernos às práticas de conservação em Brasília:** o caso do restauro do Palácio do Planalto. Dissertação de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: Iphan, 2014.

BORDE, Andréa; SAMPAIO, Andréa. **Análise visual urbana do patrimônio histórico e arquitetônico do Campus Manguinhos - FIOCRUZ.** Relatório técnico para subsídio do Plano de Preservação da Área de Interesse Histórico e Paisagístico do Campus Manguinhos/FIOCRUZ. Rio de Janeiro: LAURD/PROURB, 2010.

CARCERERI, Maria L. G ; SILVA, Elisabete E.; ZOUAIN, Rosana S. Estudos para o Plano de Conservação Preventiva do Pavilhão Arthur Neiva. In: AGUIAR, Barbara Cortizo de; CARCERERI, Maria Luisa Gamboa (Orgs.). **Arquitetura moderna e sua preservação: estudos para o plano de conservação preventiva do Pavilhão Arthur Neiva.** Rio de Janeiro: In-Fólio, 2017, pp. 75-112.

CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues de. **Preservação da arquitetura moderna: edifícios de escritórios no Rio de Janeiro construídos entre 1930-1960.** Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2005.

COELHO, C. M. T.; PINHEIRO, M. J. A. Gestión de riesgos para el patrimonio cultural de la Casa de Oswaldo Cruz/ Fundación Oswaldo Cruz. In: David Cohen. (Org.). **La gestión de riesgos del patrimonio cultural: casos y experiencias para la conservación del patrimonio cultural de latinoamerica.** 1ed.; Berlim: Editorial Academica Española, 2017, v. 1, p. 124-159.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Guia da arquitetura moderna no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

FIOCRUZ. Pedido de extensão de tombamento E-18/001.528/98. **Dossiê Pavilhão Henrique Aragão e Portaria da Avenida Brasil.** 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. Referências Culturais: base para novas políticas de Patrimônio. In: **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

INEPAC. Processo E-18/001.538/98. Memorando de 10 de agosto de 1998. **Tombamento provisório do Pavilhão de Cursos e Restaurante Central do campus da Fundação Oswaldo Cruz.** Arquiteta: Maria Regina Pontin de Mattos.



IPHAN. **Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento** – a convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial. Brasília, DF: Iphan, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. In: **Revista CPC**, São Paulo, v.1, p. 16-40, nov. 2005/abr. 2006.

_____. Notas sobre a Carta de Veneza. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 287-320. jul.- dez. 2010.

MASON, Randall. "Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices". In: DE LA TORRE, MARTA, ed., **Assessing the Values of Cultural: Research Report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002, p.5-30.

_____. **Theoretical and Practical Arguments for Values-Centered Preservation**. CRM: The Journal of Heritage Stewardship, v. 3, n. 2, summer 2006, p. 21-48.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: Fapesp, 2016.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de (coord.); COSTA, Renato da Gama-Rosa; PESSOA, Alexandre José de Souza. **Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

RIEGL, Alois, **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

RUBINO, Silvana. **O mapa do Brasil passado**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Cidadania, Rio de Janeiro, n. 24, p.97-105, 1996.

SALOMON, Maria Helena Rohe et al. **Guia da arquitetura do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2016.

SANGLARD, Gisele; COSTA, Renato da Gama-Rosa. **Arquitetura para saúde no acervo do Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz**. Fórum Patrimônio, Belo Horizonte, v.5, n.1, p. 24-35, 2012.

VAN BALEN, Koenraad. **The Nara Grid: an evaluation scheme based on the Nara Document on Authenticity**. APT Bulletin: Journal of preservation technology, 2008, p. 39-45. Disponível em <http://orcp.hustoj.com/wp-content/uploads/2016/01/2008-The-Nara-Grid-An-Evaluation-Scheme-Based-on-the-Nara-Document-on-Authenticity.pdf>, acessado em 31/08/2018.